

POLÍTICA

politica@correiodoestado.com.br

FALÊNCIA ESTATAL

“Miséria” ameaça os três poderes

PEC do Teto será o instrumento do governo para acabar com a farra da gastança irresponsável

ADILSON TRINDADE E
GABRIELA COUTO

Sem o poder da caneta para vetar eventuais mudanças na PEC do teto dos gastos, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) orientou a sua base aliada para derrubar todas as emendas. A preocupação do governador é manter intacta a proposta de acabar com a farra da gastança irresponsável, porque os três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - serão afetados com o rigor das medidas de controle de gastos. Hoje, todos estão passando por “miséria” de dinheiro por causa da crise que derrubou a arrecadação no Estado.

Azambuja alertou os deputados que sem as medidas, mesmo sendo impopulares, “o Estado quebra”, porque faltará dinheiro até para folha salarial.

E não são só os três poderes que serão atingidos com as medidas impostas pela PEC do Teto. Os órgãos com autonomia financeira, como Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública, também, terão de ajustar as contas com o limite esta-

“

Precisamos reorganizar com responsabilidade a economia do governo do Estado”

Reinaldo Azambuja,
governador de Mato
Grosso do Sul

belecido pela PEC do Teto.

Com a PEC do Teto, todos os poderes e órgãos não poderão gastar acima do orçamento fixado em lei. Nem o socorro da suplementação poderá ser feito se a receita cair ou ficar estagnada. Isto pode implicar, inclusive, em demissão e congelamento de salário de todos os funcionários.

Por isto que o Ministério Público, Poder Judiciário e Defensoria Pública pediram autorização legislativa para usar parte de recursos dos fundos sob seus controles para custear diárias de pessoal, transporte, mudanças e ou-

tros benefícios. Sem dinheiro do fundo, os poderes e órgãos não terão dinheiro para bancar alguns custos essenciais para o funcionamento da máquina.

O primeiro desafio da bancada governista será derrubar, amanhã, emenda da bancada do PT, que pede a retirada do limite de gastos da área da segurança pública, saúde e educação.

Por ser emenda à Constituição, não é sancionada pelo governador. Ela é promulgada pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. Por isto da preocupação do governador de evitar alterações na PEC e garantir a aprovação do texto original, conforme o esperado por sua equipe administrativa. O objetivo é começar 2018 cumprindo a nova regra que limita os gastos da gestão de acordo com o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do ano anterior.

O mínimo previsto para a variação desses gastos é de 4,5%, valor atual do índice. “Aumentando a receita corrente líquida, pode aumentar o limite em até 20 a 50% em cima do IPCA. O limite de teto no Estado vai ser mais flexível



VALDENIR REZENDE/ARQUIVO

SEM SAÍDA. Azambuja adotou medida para evitar quebra do Estado

do que o projeto do governo federal”, explicou o relator da PEC na Casa de Leis, deputado estadual, Rinaldo Modesto (PSDB).

“Diferente do projeto original do governo federal que terá a lei valendo nos próximos 20 anos com a probabilidade

de revisão de 10, aqui em Mato Grosso do Sul será metade: de dez anos, com revisão de cinco”, explicou.

A regra valerá para todos os poderes no Estado, confirmou o relator. Como ainda não há o valor oficial do IPCA deste ano, não há como confirmar

os impactos no repasse do duodécimo. Consequentemente, não é possível garantir se haverá aumento salarial das categorias nos próximos anos. “Em outras palavras, a PEC vai garantir que o Estado não gaste aquilo que não tem”, concluiu o tucano.

RITO

Depois de ser votada a emenda sugerida pelo PT, será dado início a avaliação da PEC pela Comissão Especial. A expectativa da base do governo é que a emenda não seja aprovada, pois o pedido dos petistas descaracterizaria o projeto. Além disso, a maioria dos deputados compõe aliança com a atual administração, já dando uma prévia do resultado da apreciação do plenário.

Assim abre-se um lapso temporal de dez dias para o grupo que assume o texto dar um parecer. Dentro de 15 dias, o governador espera que a PEC seja pautada para votação do Legislativo. Até o momento foram contra os deputados estaduais João Grandão (PT), Pedro Kemp (PT), Cabo Almi (PT), Amarildo Cruz (PT) e Lídio Lopes (PEN).

www.al.ms.gov.br


REFORMAR É PRECISO


Em momentos de dificuldades, é preciso rever conceitos e se adequar aos novos tempos. A Assembleia Legislativa assimila esse sentimento e adota medidas administrativas e estruturais.

Os parlamentares vão adequar o quadro de pessoal, empossar concursados, aprimorar a estrutura operacional e reduzir a máquina administrativa, para cortar gastos do Legislativo. A ideia é gerar economia sem perder qualidade na prestação dos serviços.

Além disso, a Casa de Leis aprovou a reforma do Governo do Estado, que reduz secretarias, elimina superintendências e reduz o quadro de funcionários, além de discutir o teto de gastos abrangendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública.

Unidos, Legislativo, Executivo e Judiciário dão o exemplo, para assegurar que Mato Grosso do Sul continue crescendo apesar da crise enfrentada em todo o País.





**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
MATO GROSSO DO SUL